



Santa Casa
DE JAHU

**DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS
DO EXERCÍCIO
FINDO EM**

31 DE DEZEMBRO DE 2018

**Relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras**

Moore Stephens Prisma
Auditores e Consultores

Rua Milton José Robusti, 75 – 15º andar
Ribeirão Preto - SP – 14021-613

Tel 55 (16) 3019-7900

msrp@msbrasil.com.br | www.msbrasil.com.br

Aos administradores da
Irmandade de Misericórdia do Jahu
Jaú SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Irmandade de Misericórdia do Jahu (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Irmandade de Misericórdia do Jahu em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 15 de fevereiro de 2019.

Moore Stephens Prisma Auditores Independentes

CRC 2SP017256/O-3

CVM nº 11-713



Ricardo Aurélio Rissi

CRC 1SP137183/O-8

Irmandade de Misericórdia do Jahu

Balanços patrimoniais

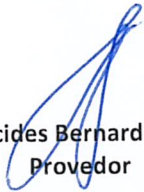
Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

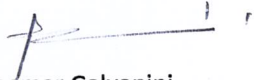
Em reais

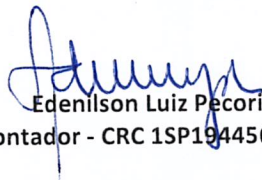
	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>		<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.955.198	2.518.133	Empréstimos e financiamentos	10	3.206.868	1.598.261
Aplicações financeiras - recursos com restrições	5	2.991.929	2.445.342	Fornecedores e prestadores de serviços	11	5.760.642	5.712.785
Contas a receber	6	7.511.063	6.641.383	Salários, encargos sociais e contribuições	12	3.517.581	3.348.013
Estoques	7	1.631.164	1.382.007	Provisão de férias e encargos		5.222.078	4.350.181
Impostos a recuperar		85.400	488.578	Outras obrigações	13	1.685.720	1.147.627
Outros créditos		75.654	187.950	Subvenções a realizar	14	<u>22.706.279</u>	<u>22.279.792</u>
Subvenções a receber	8	23.836.624	23.337.072	Total do passivo circulante		<u>42.099.169</u>	<u>38.436.659</u>
Despesas antecipadas		<u>14.797</u>	<u>21.517</u>				
Total do ativo circulante		<u>38.101.829</u>	<u>37.021.982</u>	Não circulante			
Não circulante				Empréstimos e financiamentos	10	1.903.611	750.185
Realizável a longo prazo				Salários, encargos sociais e contribuições	12	3.573.894	3.757.197
Subvenções a receber	8	-	8.001.024	Outras obrigações	13	-	174.051
Contas a receber	6	158.449	146.410	Subvenções a realizar	14	8.110.668	15.140.283
Outros créditos		-	8.000	Provisão para contingências	15	<u>1.201.913</u>	<u>1.471.537</u>
Depósitos judiciais		143.457	137.398	Total do passivo não circulante		<u>14.790.086</u>	<u>21.293.253</u>
Imobilizado	9	67.648.417	69.412.438	Patrimônio líquido			
Intangível		<u>7.916</u>	<u>102.532</u>	Patrimônio social		3.577.381	5.429.872
Total do ativo não circulante		<u>67.958.239</u>	<u>77.807.802</u>	Ajuste de avaliação patrimonial - AAP		49.891.144	51.522.491
				Déficit acumulado		<u>(4.297.712)</u>	<u>(1.852.491)</u>
				Total do patrimônio líquido	17	<u>49.170.813</u>	<u>55.099.872</u>
Total do ativo		<u>106.060.068</u>	<u>114.829.784</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>106.060.068</u>	<u>114.829.784</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Jahu (SP), 31 de dezembro de 2018


Alcides Bernardi Júnior
Provedor


Adhemar Galvanini
1º Tesoureiro


Edenilson Luiz Pecori
Contador - CRC 1SP194456 / O-5

Irmandade de Misericórdia do Jahu

Demonstração do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e de 2017


Em reais

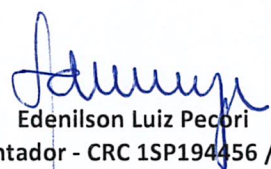
	Nota	2018	2017
Receita operacional			
Serviços hospitalares	18	71.052.719	65.679.581
Subvenções e doações	19	29.033.054	25.972.570
		<u>100.085.773</u>	<u>91.652.151</u>
Custo dos serviços prestados	20	<u>(97.313.376)</u>	<u>(89.920.578)</u>
Superávit bruto		<u>2.772.397</u>	<u>1.731.573</u>
(Despesas) receitas operacionais			
Pessoal	21	(7.334.166)	(7.147.170)
Administrativas e gerais	22	(7.227.210)	(6.100.629)
Outras receitas e despesas	23	6.415.259	9.413.381
Déficit antes do resultado financeiro		<u>(5.327.089)</u>	<u>(2.102.845)</u>
Resultado financeiro líquido	24	(590.776)	(326.765)
Déficit do exercício		<u>(5.917.865)</u>	<u>(2.429.610)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Jahu (SP), 31 de dezembro de 2018


Alcides Bernardi Júnior
Provedor


Adhemar Galvanini
1º Tesoureiro


Edenilson Luiz Pecori
Contador - CRC 1SP194456 / O-5

Irmandade de Misericórdia do Jahu

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

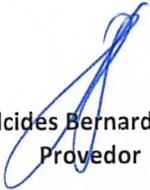
Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017


Em reais

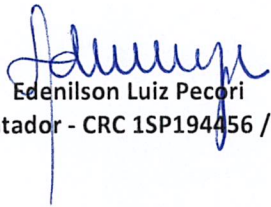
Descrição	Patrimônio social	Ajuste de avaliação patrimonial (AAP)	Déficit acumulado	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	8.140.309	-	(816.792)	8.140.309
Absorção do déficit acumulado com o patrimônio social	(816.792)	-	816.792	-
Adequações das subvenções a realizar	(1.893.645)	-	-	(1.893.645)
Custo atribuído	-	52.099.609	-	52.099.609
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	(577.118)	577.118	-
Déficit do exercício	-	-	(2.429.609)	(2.429.609)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	5.429.872	51.522.491	(1.852.491)	55.916.664
Incorporação do superávit acumulado no patrimônio social	(1.852.491)	-	1.852.491	-
Baixa do custo atribuído dos ativos	-	(11.193)	-	(11.193)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	(1.620.154)	1.620.154	-
Déficit do exercício	-	-	(5.917.866)	(5.917.866)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	3.577.381	49.891.144	(4.297.712)	49.987.605

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Jahu (SP), 31 de dezembro de 2018


Alcides Bernardi Júnior
Provedor


Adhemar Galvanini
1º Tesoureiro


Edenilson Luiz Pecori
Contador - CRC 1SP194456 / O-5

Irmandade de Misericórdia do Jahu

Demonstração dos fluxos de caixa- método indireto


Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017


Em reais


	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Déficit do exercício	(5.917.865)	(2.429.609)
Ajustes:		
Depreciações e amortizações	3.047.548	860.555
Baixas líquidas do imobilizado	90.424	6.069.384
Provisão para contingências	(269.624)	(519.751)
Provisão para perda sobre crédito	198.456	141.982
Juros provisionados e não pagos	299.751	239.392
(Aumento) redução nos ativos:		
Aplicações financeiras - recursos com restrições	(546.587)	(663.573)
Contas a receber	(1.080.175)	3.558.931
Estoques	(249.157)	41.674
Impostos a recuperar	403.178	(402.386)
Outros créditos	120.296	(67.279)
Subvenções a receber	7.501.472	5.297.558
Despesas antecipadas	6.720	(3.358)
Depósitos judiciais	(6.059)	28.919
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores e prestadores de serviços	47.857	(1.237.965)
Salários, encargos sociais e contribuições	(13.735)	170.106
Provisão de férias e encargos	871.897	1.017.184
Outras obrigações	364.042	(858.711)
Subvenções a realizar	(6.603.128)	(4.013.260)
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades operacionais	<u>(1.734.689)</u>	<u>7.229.793</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições do imobilizado	(1.290.528)	(5.861.882)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(1.290.528)</u>	<u>(5.861.882)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captações de empréstimos e financiamentos	5.100.000	1.400.000
Pagamentos de principal e juros de empréstimos e financiamentos	(2.637.718)	(2.556.283)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades de financiamentos	<u>2.462.282</u>	<u>(1.156.283)</u>
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>(562.935)</u>	<u>211.628</u>
Demonstração da (redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	2.518.133	2.306.505
No fim do exercício	1.955.198	2.518.133
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>(562.935)</u>	<u>211.628</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Jahu (SP), 31 de dezembro de 2018


Alcides Bernardi Júnior
Provedor


Adhemar Galvanini
1º Tesoureiro


Ednilson Luiz Pecori
Contador - CRC 1SP194456 / O-5

Irmandade de Misericórdia do Jahu

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

1 Contexto operacional

A Irmandade de Misericórdia do Jahu é uma Entidade civil, filantrópica e beneficente, sem finalidade lucrativa, imune de impostos e isenta de contribuições, regendo-se pelo Estatuto Social e demais disposições legais. A Entidade tem sua sede na cidade de Jahu, estado de São Paulo, localizada na rua Riachuelo nº 1.073 e tem como finalidade prestar assistência médica hospitalar a quem deles necessitar gratuitos ou não, prestar assistência social aos desvalidos, operar com planos privados de assistência à saúde e firmar convênios com entidades para criação e manutenção de unidade com os mesmos fins.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Entidade foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com o Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e nas disposições aplicáveis às entidades sem fins lucrativos, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução CFC nº 1409/2012 - ITG 2002 – Entidade sem finalidade de lucros.

As demonstrações financeiras incluindo as notas explicativas são de responsabilidade da Administração da Entidade, cuja emissão foi autorizada pela Diretoria em 15 de fevereiro de 2019.

b Mensuração de valor

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio de resultado.



c Moeda de apresentação e funcional

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais. O Real é a moeda funcional da Entidade.

d Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras:

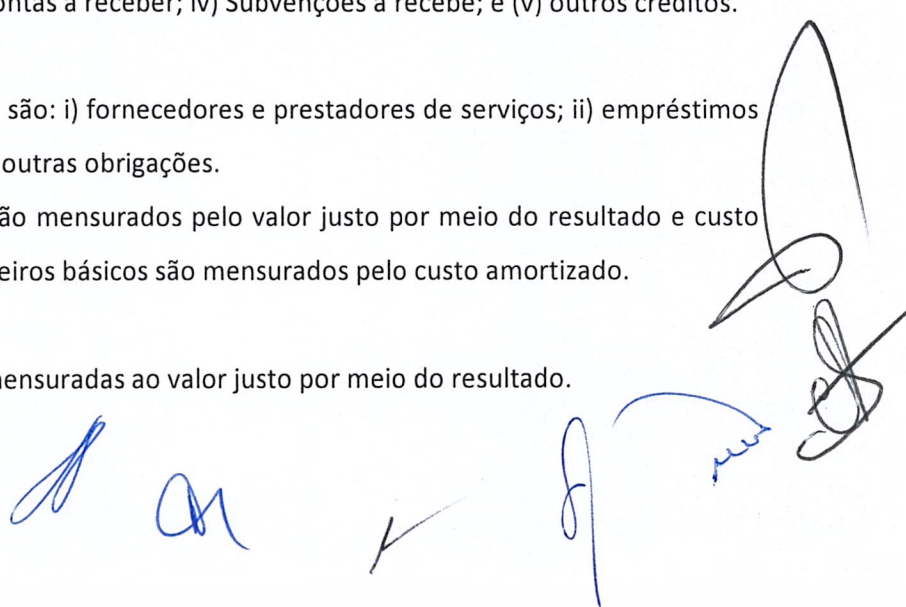
a Instrumentos financeiros

A Entidade classifica seus ativos e passivos financeiros como instrumentos financeiros básicos, em conformidade com a política contábil da empresa e por atender as condições da seção 11 do Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, portanto, são ativos financeiros básicos: i) caixa e equivalentes de caixa; (ii) aplicações financeiras com restrição; iii) contas a receber; iv) Subvenções a receber; e (v) outros créditos.

Os passivos financeiros básicos são: i) fornecedores e prestadores de serviços; ii) empréstimos e financiamentos a pagar; e iii) outras obrigações.

Os ativos financeiros básicos são mensurados pelo valor justo por meio do resultado e custo amortizado. Os passivos financeiros básicos são mensurados pelo custo amortizado.

As aplicações financeiras são mensuradas ao valor justo por meio do resultado.



A Entidade reconhece os ativos e passivos financeiros básicos inicialmente na data em que foram originados, exceto os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Após o reconhecimento inicial, os ativos e passivos financeiros básicos são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

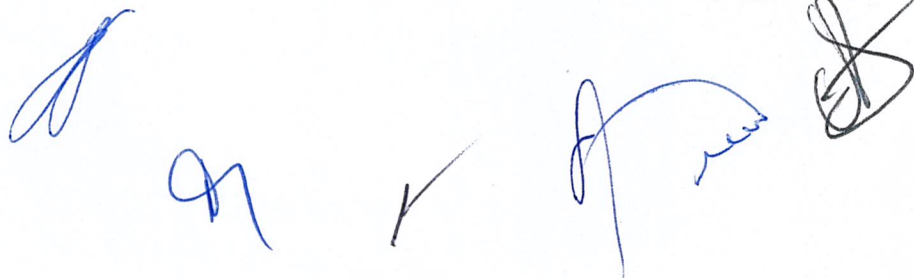
A Entidade desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a entidade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Entidade desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos e passivos financeiros básicos são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Entidade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b Caixa e equivalentes de caixa

Representado por numerários em caixa, saldos em bancos conta movimento e aplicações financeiras de liquidez imediata com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo da Entidade

The image shows several handwritten signatures in blue ink at the bottom of the page. There are five distinct signatures, some appearing to be initials or full names, written in a cursive style. The signatures are located in the lower right quadrant of the page, below the main text block.

c Aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo como contrapartida o resultado do exercício. Os ganhos ou perdas são registrados no resultado do exercício respeitando a competência. Em sua maneira são classificados na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. No caso da Entidade, apesar da disponibilidade dos recursos, eles não serão consumidos de forma significativa no curto prazo.

d Contas a receber

As contas a receber, especificamente de convênios médicos e com o SUS, são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa. A perda estimada em créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Entidade não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber. A Administração da Entidade não tem a expectativa de outras perdas significativas.

e Estoques

Os estoques são demonstrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido de realização. O custo é determinado pelo método de avaliação de estoque "custo médio ponderado" e o valor líquido de realização corresponde ao preço de venda estimado menos custos para concluir e vender.

f Subvenções governamentais

As Subvenções Governamentais são reconhecidas de acordo com sua natureza, em conformidade com a NBC TG 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais:

Subvenção para custeio: Reconhecida inicialmente como adiantamento no passivo, na rubrica "Subvenção a realizar", e apropriada como receita quando é efetivado o consumo dos materiais médicos e medicamentos.

Subvenção para investimento: Refere-se à subvenção para a aquisição de bens que serão de propriedade da Entidade. Essa subvenção para investimento é reconhecida inicialmente como adiantamento no passivo, na rubrica “Subvenção a realizar”, e apropriada como receita ao longo do período de vida útil dos bens adquiridos. Adicionalmente, o bem adquirido é contabilizado como ativo imobilizado e depreciado pela sua vida útil normal estimada.

g Imobilizado

g.1 Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção deduzido de depreciação acumulada acrescidos do custo atribuído – *deemed cost* -para os bens das contas de terrenos, edificações, equipamentos de informática, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios e veículos, com base em laudo de peritos independentes, e, quando aplicável, deduzido de perdas de redução ao valor recuperável. O custo inclui os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor líquido contábil do imobilizado, são reconhecidos em receitas/despesas operacionais no resultado do exercício.

g.2 Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

g.3 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na vida útil econômica estimada de cada item. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso.



A depreciação é reconhecida no resultado. A depreciação é cessada quando o valor líquido contábil atinge o valor residual final do bem.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

h Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de *impairment*)

A Administração da Entidade revisa no mínimo anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (ou grupo de ativos relacionados), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável efetivo. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para recuperação, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável (*impairment*), em contrapartida do resultado.

Com base nas informações atualmente disponíveis, a Administração da Entidade desconhece a perda por deterioração de ativos ou mudanças nas circunstâncias de negócio, que justifiquem o reconhecimento de uma perda em função da não recuperação dos referidos ativos.

i Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação, ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, estão sujeitos a juros e são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

j Fornecedores e prestadores de serviços

As contas a pagar são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva, conforme aplicável.



k Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, quando é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e quando o valor possa ser estimado com suficiente segurança.

As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

l Ativos e passivos contingentes

As políticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

m Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro.

Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário (valor justo).

n Receitas e despesas

O resultado das operações (superávit ou déficit) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios, independentemente, portanto, do seu efetivo recebimento ou pagamento.

Todas as receitas são destinadas aos fins institucionais da Entidade e, portanto, são consideradas operacionais.

o Ajuste de Avaliação Patrimonial – AAP

A realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial (basicamente depreciação e baixas), está sendo registrada diretamente no déficit aumentado no patrimônio líquido.

4 Caixa e equivalentes de caixa

<u>Descrição</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa	4.757	8.218
Bancos conta movimento	1.437	213.178
Aplicações financeiras (i)	1.949.004	2.296.737
	<u>1.955.198</u>	<u>2.518.133</u>

(i) Refere-se a aplicações financeiras em fundos de investimento de renda fixa que podem ser resgatada de acordo com as necessidades de recursos da Entidade e tem liquidez imediata. Esses fundos são remunerados a variação do CDI.

5 Aplicações financeiras – recursos com restrições

<u>Descrição</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Poupança Ouro - Banco do Brasil	1.439.430	1.033.790
Fundo de investimento - BB Referenciado DI	1.268.644	-
Poupança Caixa	283.855	1.411.552
	<u>2.991.929</u>	<u>2.445.342</u>

Composto por aplicações financeiras em poupança e em fundos de investimentos dos recursos recebidos por meio de subvenção municipal, estadual e/ou federal que possuem restrição de uso e que podem ser resgatadas exclusivamente para as finalidades definidas nas contratualizações e



estão sujeitas a prestação de contas. Os recursos aplicados em poupança são remunerados pelos rendimentos da caderneta de poupança e o fundo de investimento remunerados com referência ao CDI.

6 Contas a receber

Descrição	2018			2017		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Convênios	4.492.797	-	4.492.797	3.523.799	-	3.523.799
Sistema Único de Saúde – SUS	3.235.537	-	3.235.537	3.178.811	-	3.178.811
Outros créditos a receber	127.595	158.449	286.044	85.183	146.410	231.593
(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (i)	(344.866)	-	(344.866)	(146.410)	-	(146.410)
	7.511.063	158.449	7.669.512	6.641.383	146.410	6.787.793

(i) Refere-se a perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, constituídas sobre o montante considerado de difícil realização.

7 Estoques

Descrição	2018	2017
Medicamentos e materiais hospitalares	868.267	741.799
Almoxarifado (i)	539.106	502.217
Manutenção	73.547	59.397
Outros estoques	150.244	78.594
	1.631.164	1.382.007

(i) Trata-se de material hospitalar, kits cirúrgicos e gêneros alimentícios.

8 Subvenções a receber

Em Subvenções a receber são registrados os montantes de valores contratuais a receber em relação aos convênios autorizados.

Os valores estão assim demonstrados:

Descrição	Natureza	2018	2017
Circulante			
Secretaria Estado Saúde - SES	Custeio	10.203.709	2.100.000
Prefeitura Municipal de Torrinha	Custeio	2.150	10.437.072
Prefeitura Municipal de Jau	Custeio	11.200.000	10.800.000
Ministério da Saúde- FNS	Investimento	2.430.765	-
		21.405.859	23.337.072
Não circulante			
Ministério da Saúde- FNS	Investimento	-	8.001.024
		-	8.001.024
		23.831.160	31.338.096

9 Imobilizado

Descrição	Taxa anual de depreciação	Custo		2018	2017
		histórico/custo atribuído	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	16.857.081	-	16.857.081	16.857.081
Edificações	de 2,22% a 5%	37.940.022	(1.316.958)	36.623.064	37.604.601
Equipamentos de informática	de 20% a 100%	690.967	(235.605)	455.362	455.526
Máquinas e equipamentos	de 10% a 50%	13.464.399	(3.173.901)	10.290.498	10.797.599
Móveis e utensílios	de 10% a 50%	4.037.003	(791.887)	3.245.116	3.490.698
Veículos	de 16,67% a 25%	237.099	(59.803)	177.296	206.933
		73.226.571	(5.578.154)	67.648.417	69.412.438

a. Movimentação do custo

Custo	1º/1/2017	Aquisições	Baixas	Transferências	Custo atribuído	31/12/2017	Aquisições	Baixas	31/12/2018
Terrenos	2.307.445	-	-	-	14.549.636	16.857.081	-	-	16.857.081
Edificações	15.374.686	-	(8.591.578)	451.513	30.705.401	37.940.022	-	-	37.940.022
Equipamentos de informática	899.396	6.040	(676.049)	-	307.038	536.425	168.484	(13.942)	690.967
Máquinas e equipamentos	15.628.615	5.473.865	(12.349.018)	-	3.859.602	12.613.064	851.335	-	13.464.399
Móveis e utensílios	2.474.851	267.895	(1.628.348)	-	2.659.567	3.773.965	267.423	(4.385)	4.037.003
Veículos	267.240	101.999	(150.505)	-	18.365	237.099	-	-	237.099
Obras em andamento	449.628	1.885	-	(451.513)	-	-	-	-	-
	37.401.861	5.851.684	(23.395.498)	-	52.099.609	71.957.656	1.287.242	(18.327)	73.226.571

b. Movimentação da depreciação acumulada

Depreciação	1º/1/2017	Adições	Baixas	Custo atribuído	31/12/2017	Adições	Baixas	31/12/2018
Edificações	(8.161.979)	(63.960)	8.161.979	(271.461)	(335.421)	(981.537)		(1.316.958)
Equipamentos de informática	(713.924)	(13.898)	673.432	(26.509)	(80.899)	(167.776)	13.070	(235.605)
Máquinas e equipamentos	(8.453.419)	(162.537)	6.960.864	(160.373)	(1.815.465)	(1.358.436)		(3.173.901)
Móveis e utensílios	(1.604.208)	(35.962)	1.474.659	(117.756)	(283.267)	(508.943)	323	(791.887)
Veículos	(79.682)	(4.645)	55.180	(1.019)	(30.166)	(29.637)		(59.803)
	<u>(19.013.212)</u>	<u>(281.002)</u>	<u>17.326.114</u>	<u>(577.118)</u>	<u>(2.545.218)</u>	<u>(3.046.329)</u>	<u>13.393</u>	<u>(5.578.154)</u>

10 Empréstimos e financiamentos

Finalidades	Vencimentos finais	Garantias	2018			2017		
			Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Capital de giro - Bradesco	Dez-18	Cessão de direitos	-	-	-	238.662	-	238.662
Capital de giro - Santander	Abr-22	Cessão de direitos/SUS	2.403.205	1.903.611	4.306.816	1.119.599	750.185	1.869.784
Conta garantida	-	-	803.663	-	803.663	240.000	-	240.000
			<u>3.206.868</u>	<u>1.903.611</u>	<u>5.110.479</u>	<u>1.598.261</u>	<u>750.185</u>	<u>2.348.446</u>

11 Fornecedores e prestadores de serviços

a. Composição do saldo

Descrição	2018	2017
Fornecedores	3.333.895	2.624.077
Honorários médicos	2.426.747	3.088.708
	<u>5.760.642</u>	<u>5.712.785</u>

b. Demonstração da idade dos saldos por vencimento:

Prazo de vencimento	2018		2017	
	Fornecedores	Honorários	Fornecedores	Honorários
		Médicos		Médicos
A vencer				
Até 30 dias	2.172.272	2.426.747	1.795.856	3.088.708
De 31 até 60	799.390		497.927	
De 61 até 90	190.804		154.741	
De 91 até 120	24.294		21.475	
De 121 até 150	11.163		19.311	
De 151 até 180	9.604		799	
Acima de 180 dias	65.755		5.591	
Vencidos				
Até 30 dias	60.613	-	128.377	-
	3.333.895	2.426.747	2.624.077	3.088.708

12 Salários, encargos sociais e contribuições

Descrição	2018			2017		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Débitos correntes						
Salários a pagar	2.117.627	-	2.117.627	2.033.428	-	2.033.428
Pensão alimentícia a pagar	5.700	-	5.700	5.136	-	5.136
Contribuição sindical	9.186	-	9.186	4.963	-	4.963
INSS empregados	260.117	-	260.117	243.572	-	243.572
FGTS	356.901	-	356.901	339.727	-	339.727
Rescisão a pagar	1.513	-	1.513	-	-	-
INSS sobre nota fiscal	25.537	-	25.537	31.030	-	31.030
IRRF a recolher	263.544	-	263.544	222.985	-	222.985
COFINS/PIS/CSLL	77.920	-	77.920	80.236	-	80.236
ISS	12.339	-	12.339	20.143	-	20.143
	3.130.384	-	3.130.384	2.981.220	-	2.981.220
Parcelamentos						
FGTS a recolher (i)	96.578	-	96.578	88.722	791.108	879.830
Parcelamento da procuradoria (ii)	290.619	3.573.894	3.864.513	278.071	2.966.089	3.244.160
	387.197	3.573.894	3.961.091	366.793	3.757.197	4.123.990
	3.517.581	3.573.894	7.091.475	3.348.013	3.757.197	7.105.210

(i) Refere-se ao parcelamento do FGTS junto à Caixa Econômica Federal que foi negociado em 240 parcelas, com vencimento final em 1º/11/2027. O encargo social é relativo ao período de 12/2000 a 7/2007, e o saldo devedor está devidamente atualizado até 31 de dezembro de 2018.

- (ii) Saldo de parcelamento com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN (Pis, Pasep, IRRF e Cofins) em 180 parcelas, com vencimento final em 30/11/2029. O parcelamento é relativo a débitos de dívida ativa, e o saldo devedor está devidamente atualizado até 31 de dezembro e 2018.

13 Outras obrigações

Descrição	2018			2017
	Circulante	Circulante	Não circulante	Total
Energia elétrica (i)	68.753	242.167	68.754	310.921
Água e esgoto (ii)	52.010	52.009	52.009	104.018
Cheques a compensar	355.562	410.345	-	410.345
Acordos a pagar (iii)	983.309	278.469	53.288	331.757
Empréstimo consignado	202.406	151.026	-	151.026
Outros valores a pagar	23.680	13.611	-	13.611
	1.685.720	1.147.627	174.051	1.321.678

- (i) Trata-se do parcelamento de dívidas do fornecimento de energia elétrica, relativo ao período de 2006 a 2008, em 120 parcelas, com vencimento final em 27/3/2019. O saldo devedor do parcelamento está devidamente atualizado até 31 de dezembro e 2018.

- (ii) A Irmandade de Misericórdia do Jahu, formalizou parcelamentos de dívida relativa dos exercícios de 2009 e 2010 em 120 parcelas, com vencimento final em 16/12/2019. O saldo devedor do parcelamento está devidamente atualizado até 31 de dezembro e 2018.

- (iii) Referem-se a acordos parcelados decorrentes de ações trabalhistas e cíveis em que a Entidade foi sentenciada ao pagamento:

Descrição	2018	2017
Trabalhistas	91.675	30.550
Cíveis	891.634	346.919
	983.309	377.469

14 Subvenções a realizar

Ativo correspondente / Convênio	2018			2017		
	Custeio -	Investimento	Total	Custeio	Investimento	Total
Aplicação financeira						
Ministério da Saúde- FNS	6.012	1.691.509	1.697.521	203.601	1.290.908	1.494.509
Secretaria Estado Saúde - SES	1.197.896	-	1.197.896	836.862	100.000	936.862
Prefeitura Municipal de Jau	96.512	-	96.512	2.254	-	2.254
Outros convênios		-	-	11.717		11.717
	1.300.420	1.691.509	2.991.929	1.054.434	1.390.908	2.445.342
Contas a receber						
Ministério da Saúde- FNS	-	2.425.301	2.425.301	-	2.100.000	2.100.000
Secretaria Estado Saúde - SES	10.203.709	-	10.203.709	18.438.096	-	18.438.096
Prefeitura Municipal de Torrinha	2.150	-	2.150	-	-	-
Prefeitura Municipal de Jau	11.200.000	-	11.200.000	10.800.000	-	10.800.000
	21.405.859	2.425.301	23.831.160	29.238.096	2.100.000	31.338.096
Aquisição de ativo imobilizado						
Ministério da Saúde- FNS	-	3.993.858	3.993.858	-	3.636.637	3.636.637
	-	3.993.858	3.993.858	-	3.636.637	3.636.637
	22.706.279	8.110.668	30.816.947	30.292.530	7.127.545	37.420.075

15 Provisão para contingências

A Entidade, assume a responsabilidade como parte envolvida em processos cíveis e trabalhistas e discute judicialmente essas ações. Com base no andamento, na posição atual, no risco envolvido e na opinião dos assessores jurídicos que indica perda provável, a Administração decidiu manter provisão para as contingências cíveis e trabalhistas nos montantes abaixo considerados suficientes para cobrir eventuais perdas:

Descrição	2018	2017
Trabalhistas	277.343	468.167
Cíveis	924.570	1.003.370
	1.201.913	1.471.537

16 Passivos contingentes

A Entidade discute ações de natureza cível e trabalhista, classificadas pelos assessores jurídicos como perda possível, no montante de R\$ 10.646 mil e R\$ 630 mil, respectivamente. Tais ações,

devido à natureza e histórico são passíveis de acordos de menor valor. Sobre essas demandas, não foi constituída qualquer provisão para contingências.

Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas e das operações da Entidade estão sujeitas a exames das autoridades fiscais e, em decorrência, a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições durante prazos prescricionais variáveis consoante a legislação aplicável a cada circunstância (em geral cinco anos).

17 Patrimônio líquido

a Patrimônio social

O patrimônio social da Entidade é representado pela dotação inicial, acrescida ou diminuída dos superávits ou déficits acumulados, após aprovação.

b Ajuste de Avaliação Patrimonial – AAP

Referente a adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado em decorrência da aplicação do Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, cuja a realização se dá mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhe deram origem.

c Déficit acumulado

Representa o déficit do exercício acrescido da realização do custo atribuído que, após devida aprovação, é incorporado ao patrimônio social.

18 Serviços hospitalares

<u>Descrição</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Particulares	3.970.240	3.353.672
SUS (i)	35.028.142	34.891.848
Convênios (ii)	32.054.337	27.434.061
	<u>71.052.719</u>	<u>65.679.581</u>

(i) Faturamento de procedimentos e incentivos de contratualização.

(ii) Atividade de saúde suplementar realizadas pelo hospital.



19 Subvenções e doações

<u>Descrição</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Subvenção municipal	18.985.405	17.954.776
Subvenção estadual	8.140.012	6.656.851
Subvenção federal	708.168	202.685
Outras doações de pessoas físicas e jurídicas	1.199.469	1.158.258
	<u>29.033.054</u>	<u>25.972.570</u>

20 Custo dos serviços prestados

<u>Descrição</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Pessoal e encargos	(36.855.363)	(34.427.423)
Honorários médicos	(35.703.009)	(32.602.643)
Materiais, medicamentos e gases	(15.148.782)	(13.531.545)
Material de consumo	(3.014.498)	(2.929.374)
Limpeza e manutenção	(1.789.619)	(1.903.884)
Serviços essenciais (Energia, água, telefone, internet)	(1.215.855)	(1.160.212)
Dietas enterais e parentais	(1.159.596)	(931.012)
Gêneros alimentícios	(1.058.963)	(1.041.842)
Serviços terceirizados	(828.306)	(756.599)
Remoção	(183.073)	(202.664)
Aluguel de equipamentos	(69.880)	(43.410)
Lavanderia	(58.254)	(158.456)
Custos diversos	(228.178)	(231.514)
	<u>(97.313.376)</u>	<u>(89.920.578)</u>

21 Pessoal

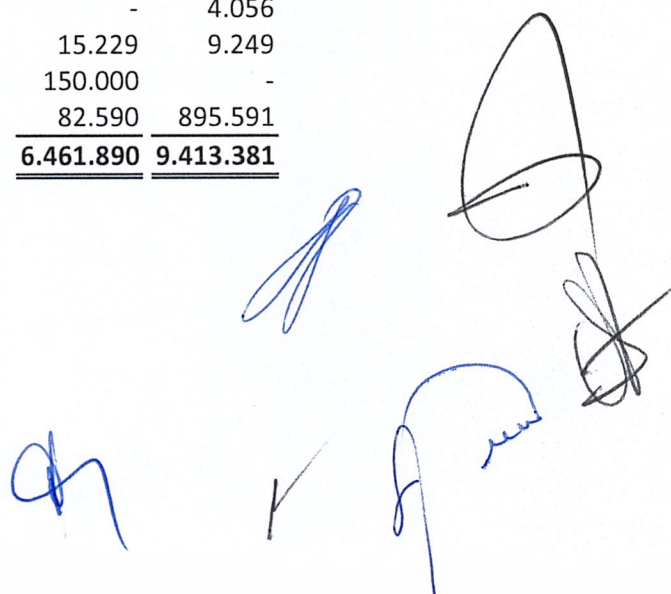
<u>Descrição</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Salários e adicionais	(5.200.427)	(5.031.036)
Encargos sociais sobre a folha de pagamento	(470.355)	(605.260)
13º salário e encargos	(508.694)	(444.140)
Férias e encargos	(788.876)	(703.088)
Cesta básica	(154.080)	(154.925)
Plano de saúde e seguro de vida de funcionários	(92.460)	(176.909)
Vale transporte	(19.753)	(20.941)
	<u>(7.234.645)</u>	<u>(7.136.299)</u>

22 Administrativas e gerais

<u>Descrição</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Depreciação	(3.047.548)	(2.370.152)
Ajustes de estoque	(87.350)	(224.639)
Materiais de uso e consumo	(533.935)	(549.128)
Contingências	(825.830)	(404.889)
Serviços de terceiros	(673.221)	(722.280)
Manutenção, limpeza e reparos	(314.870)	(296.762)
Provisão para perdas estimadas sobre créditos	(210.064)	(141.982)
Energia elétrica	(226.057)	(190.338)
Gêneros alimentícios	(339.195)	(192.191)
Ressarcimentos efetuados	(14.918)	(12.256)
Despesas com softwares	(204.910)	(187.367)
Telefonia	(108.293)	(104.112)
Despesas diversas	(641.019)	(494.472)
	<u>(7.227.210)</u>	<u>(5.890.568)</u>

23 Outras receitas

<u>Descrição</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Pronto atendimento – repasse convênios	2.624.131	2.590.620
Recuperação tributária - PIS sobre folha de pagamento	-	1.761.223
Recuperação de despesas médico-hospitalares	1.515.228	1.291.162
Receita de venda da lanchonete	1.056.323	1.061.105
Reversão de provisões	316.545	911.782
Recuperação de despesas diversas	256.383	373.775
Receita de aluguel	179.612	196.632
Nota fiscal paulista	46.631	99.108
Receita de medicamentos e materiais	99.317	75.250
Ajuste de estoque	21.846	45.843
Anuidade de irmãos	35.250	37.480
Receita com esterilização de materiais	26.344	31.479
Venda de descartáveis	36.461	29.026
Receita com refeição de pacientes	-	4.056
Recuperação de processos	15.229	9.249
Reserva de leitos	150.000	-
Outras receitas	82.590	895.591
	<u>6.461.890</u>	<u>9.413.381</u>



24 Resultado financeiro líquido

Descrição	2018	2017
Receitas financeiras		
Descontos obtidos	188.515	250.817
Rendimentos sobre aplicação financeira	100.216	213.962
Juros ativos	51.110	4.461
	339.841	469.240
Despesas financeiras		
Descontos concedidos	(311)	(23)
Juros passivos	(793.191)	(681.729)
Despesas bancárias	(137.115)	(114.253)
	(930.617)	(796.005)
	(590.776)	(326.765)

25 Demonstrativo das contribuições previdenciárias isentas

Em atendimento ao parágrafo 2º do artigo 11 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, são demonstrados a seguir os valores relativos à isenção previdenciária como se fossem gozados durante o exercício:

Mês de competência	Remuneração paga	Autônomos		Base de cálculo	Assalariados	
		Isenção - 20%	Isenção - 20%		Isenção	Isenção
Janeiro	929.293	185.859	157.097	2.824.601	787.301	736.912
Fevereiro	864.150	172.830	143.234	2.783.635	775.882	728.399
Março	711.351	142.270	130.399	2.799.054	780.180	741.507
Abril	711.696	142.339	147.921	2.856.576	796.213	756.987
Maio	716.272	143.254	136.190	2.844.301	792.792	756.034
Junho	633.933	126.787	144.773	2.884.767	804.071	771.568
Julho	804.981	160.996	147.096	2.935.792	818.293	788.119
Agosto	696.884	139.377	160.364	2.892.710	806.285	785.164
Setembro	692.799	138.560	148.683	2.940.430	819.586	809.237
Outubro	754.933	150.987	115.618	2.937.838	818.863	809.523
Novembro	582.502	116.500	134.979	2.999.376	836.016	816.417
Dezembro	699.778	139.956	116.770	3.062.780	853.689	833.340
13º salário	-	-	-	1.415.392	394.512	715.244
	8.798.572	1.759.715	1.683.124	36.177.252	10.083.683	10.048.451

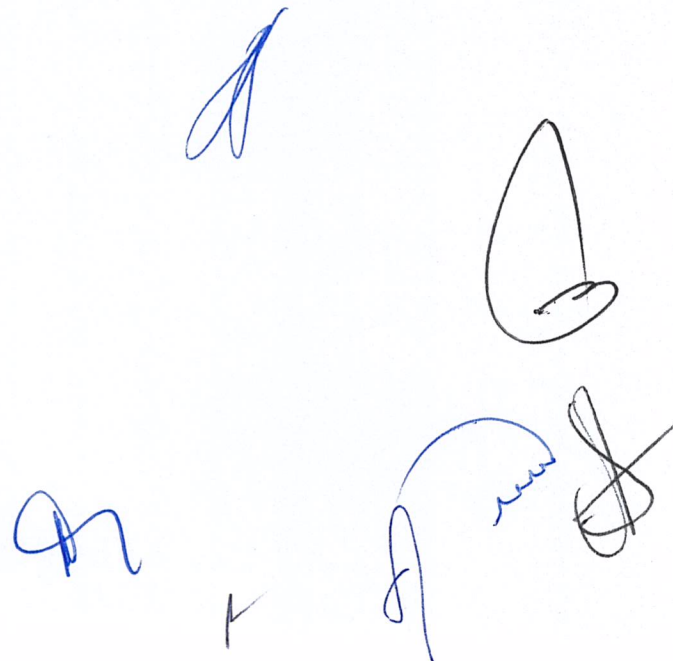
Além das isenções previdenciárias, a Entidade também teve as seguintes isenções:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
COFINS	3.174.923	3.019.223
IPVA	946	963
ISSQN	1.061.549	934.651
PIS folha	390.507	355.253
	<u>4.627.925</u>	<u>4.310.090</u>

26 Aspectos fiscais

Consideram-se imunes as entidades civis que prestam os serviços para os quais foram instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos. Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit nas suas contas ou caso o apresente em determinado exercício, destina-se integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais, desde que atenda as demais condições legais. A Entidade enquadra-se dentre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos, e possui imunidade subjetiva quanto ao recolhimento de tributos sobre a receita e sobre o superávit. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e finalidades da Entidade, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a legislação vigente, pode proporcionar a perda total ou parcial da imunidade tributária da qual goza a Entidade.

A Administração desconhece qualquer problema de natureza legal ou fiscal que pudesse afetar a Entidade, que está no pleno desenvolvimento de seus objetivos sociais.

The image shows several handwritten signatures in blue ink. There are four distinct signatures: one at the top right, one at the bottom left, one at the bottom center, and one at the bottom right. The signatures are stylized and appear to be initials or full names written in a cursive or shorthand style.

27 Déficit ajustado com valores não de caixa

Abaixo apresentamos o déficit apurado em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 eliminando os efeitos das despesas e receitas registradas no exercício que não afetaram o fluxo de caixa da Entidade:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Déficit do exercício	<u>(5.917.865)</u>	<u>(2.429.609)</u>
Despesas/Receitas não de caixa		
(+) Depreciações e amortizações	3.047.548	860.555
(+) Baixas líquidas do imobilizado	90.424	6.069.384
(-) Reversão da provisão para contingências	(269.624)	(519.751)
(+) Provisão para perda sobre crédito	198.456	141.982
(+) Juros provisionados e não pagos	299.751	239.392
Déficit ajustado com valores não de caixa	<u>(2.551.310)</u>	<u>4.361.953</u>

28 Composição dos órgãos de Administração da Entidade

A Entidade conta com os seguintes órgãos de Administração, conforme determina seu Estatuto Social:

Mesa Administrativa – constituído de 9 membros titulares e suplentes, que dirige, fiscaliza e controla a Entidade, com mandato de três anos, prestando contas ao Conselho Fiscal e a Assembleia Geral, bem como elabora o orçamento e programa e o balanço de cada exercício. Membros desta Mesa Administrativa não podem ser nomeados para o Conselho Fiscal.

Conselho Fiscal – órgão de controle interno, responsável pela fiscalização da gestão econômico-financeira da Entidade e operações patrimoniais, com mandato de três anos, permitindo recondução dos seus membros por iguais períodos. Constituído de três membros titulares e três suplentes.

The image shows several handwritten signatures in blue ink. There are four distinct signatures: one at the top left, one at the bottom left, one at the bottom center, and one at the bottom right. The signatures are stylized and appear to be personal or official marks.

29 Atendimento ao Sistema Único de Saúde – SUS

Com observância ao disposto pelo Artigo 4º, inciso III, da Lei nº 12.101 de 27/11/2009, o número total de internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados, no exercício de 2018 foi de:

Mês	Internação				Ambulatório					
	SUS		Não SUS		% de internação	SUS		Não SUS		% de Mensal
	Qtde.	Paciente-Dia	Qtde.	Paciente-Dia		Qtde.	Qtde.	ambulatorio		
Janeiro	893	4.514	496	1.419	76,08%	11.950	4.215	73,93%	76,08%	
Fevereiro	854	4.527	486	1.340	77,16%	11.142	3.906	74,04%	77,16%	
Março	987	5.198	548	1.702	75,33%	13.170	5.016	72,42%	75,33%	
Abril	1.003	5.221	490	1.574	76,84%	13.026	5.139	71,71%	76,84%	
Mai	958	5.290	540	1.747	75,17%	12.477	4.998	71,40%	75,17%	
Junho	944	4.766	576	1.772	72,90%	11.803	4.496	72,42%	72,90%	
Julho	957	5.007	532	1.641	75,32%	11.828	4.089	74,31%	75,32%	
Agosto	952	5.102	530	1.514	77,12%	11.347	4.026	73,81%	77,12%	
Setembro	872	4.697	501	1.576	74,88%	11.695	4.265	73,28%	74,88%	
Outubro	910	4.495	505	1.470	75,36%	12.643	4.720	72,82%	75,36%	
Novembro	889	4.717	482	1.550	75,27%	12.336	4.668	72,55%	75,27%	
Dezembro	938	4.895	440	1.556	75,88%	11.674	4.778	70,96%	75,88%	
Total	11.157	58.429	6.126	18.861	75,60%	145.091	54.316	72,76%	75,60%	

No Plano de Ação Regional (Portaria MS 1.970/2011 - Artigo 33), a Entidade obteve:

	Sim / Não	Máximo	Obtido
I - Atenção obstétrica e neonatal;	Sim	1,50%	1,50%
II - Atenção oncológica;	Não	1,50%	0,00%
III - Atenção às urgências e emergências;	Sim	1,50%	1,50%
IV - Atendimentos voltados aos usuários de álcool, crack e outras drogas; e	Não	1,50%	0,00%
V - Hospitais de Ensino	Não	1,50%	0,00%

O percentual de atendimento ao SUS no exercício de 2018 foi de **78,60%** (78,56% em 2017).

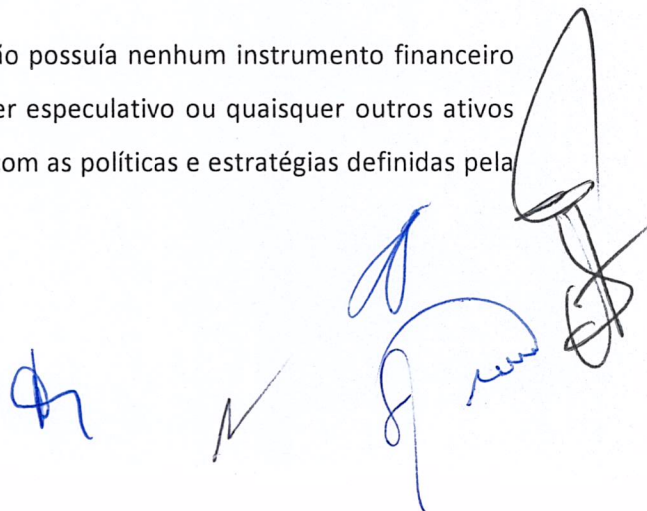
30 Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na Área de Saúde (CEBAS)

Considerando a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014; a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde; a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e Parecer Técnico nº 461/2018/CGCER/DCEBAS/SAS/MS constante do Processo nº 25000.093740/2018-40, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, a Portaria nº 871, de 15 de junho de 2018 deferiu a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Irmandade de Misericórdia de Jahu. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2019 à 31 de dezembro de 2021.

31 Instrumentos financeiros

A Entidade mantém operações com instrumentos financeiros básicos, como aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e contas a receber e a pagar. A administração dos instrumentos financeiros que a Entidade mantém é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus as condições vigentes de mercado.


Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Entidade não possuía nenhum instrumento financeiro derivativo e também não efetuou aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco nos exercícios. Os resultados são condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Entidade.



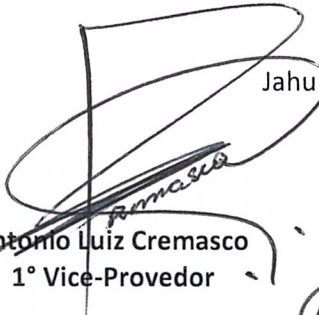
32 Cobertura de seguros

A Administração da Entidade adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

Jahu (SP), 31 de dezembro de 2018



Alcides Bernardi Júnior
Provedor



Antonio Luiz Cremasco
1º Vice-Provedor



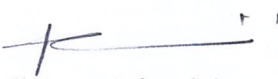
Laércio Peroni
2º Vice-Provedor



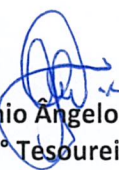
Adilson Ortigoza
1º Secretário



Adilson de Carvalho
2º Secretário

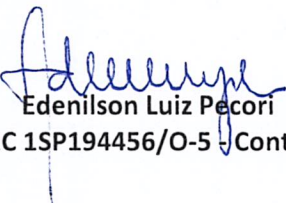


Adhemar Galvanini
1º Tesoureiro



Antonio Angelo Rossi
2º Tesoureiro

Dr. Ary José Bauer Júnior
3º Tesoureiro



Ednilson Luiz Pecori
CRC 1SP194456/O-5 Contador



IRMANDADE DE MISERICÓRDIA DO JAHU

Santa Casa

DE JAHU

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós, abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da Irmandade de Misericórdia do Jahu, no uso das atribuições legais e estatutárias, tendo examinado as contas, os documentos e as demonstrações contábeis, relativo ao exercício findo em 31 dezembro de 2018, e ainda com base no parecer dos auditores independentes, Moore Stephens Prima Auditores e Consultores, declaramos que as demonstrações refletem com exatidão as operações realizadas no exercício, e somos de parecer favorável que as mesmas sejam aprovadas pelos Senhores Irmãos na Assembleia Geral.

Jahu (SP), 12 de março de 2019.

Guy Fernando Magalhães de Toledo
Membro

Antenor Pelizzon
Membro

Mauri Donizete Guarnieri
Membro